

09 NOV 1992

A reforma da Educação

ESTADO

DE SÃO PAULO

A reforma do ensino público paulista fixou o ano letivo de 1992 como o período em que o projeto deveria deslanchar. É verdade que, por enquanto, pouco mais de 10% das mais de 6 mil unidades de ensino do Estado se transformaram nas chamadas "escolas-padrão". A pouco mais de seis semanas do término do ano letivo, nas 607 escolas escolhidas, os resultados obtidos estão aquém dos resultados esperados. Pais, professores e até diretores dessas escolas "reformadas" alimentaram expectativas de transformação que não se realizaram. Em cada nova "escola-padrão" os pais esperavam pelo menos melhoramentos na estrutura física dos prédios. Os educadores, por sua vez, entenderam que a reforma significaria valorização profissional, que começaria por melhora salarial e iria até a abertura de amplas possibilidades de capacitação para um melhor desempenho. Os diretores das escolas "escolhidas" sonharam com o fim da falida estrutura burocrática da rede: suas unidades seriam autônomas, enxutas, eficientes e modernas. Porém, nas escolas-padrão a realidade cobrou, bem mais rápido do que se pensava, o seu preço.

Como sempre o primeiro obstáculo foi orçamentário. O secretário Fernando Morais apresenta o dado da queda de receita de quase 50%, tomando como referência a arrecadação do ICMS de agosto de 1990, com o próximo passado. Talvez mais grave que a queda da arrecadação seja o fato de que, em agosto último, o governo de São Paulo destinava à pasta da Educação apenas 10,9% do Orçamento, uma queda de 1,3 ponto

porcentual da média da administração anterior. Diante disso, a reforma só poderia frustrar-se, em especial quanto ao salário do professor, pedra de toque destruidora de toda boa vontade.

São Paulo convive há mais de uma década com uma impressionante expectativa de mudança em seu ensino público. O governo Fleury captou essa expectativa, recolheu sugestões sensatas e competentes, montou um projeto e capitalizou a esperança. Se prometeu ou não mais do que a realidade permitia, o fato é que a população entendeu o sinal: em março deste ano a secretaria divulgou que, das 404 mil transferências registradas, 332 mil foram de estudantes vindos de outras escolas estaduais. Ou seja: era uma demanda clara por qualidade de ensino! A transferência da escola particular em direção à pública, pela crise econômica, foi responsável por menos de 20% dos pedidos.

Prometeu-se uma escola pública de qualidade e a população deu a sua resposta ao projeto. Que fazer agora: reverter as expectativas? O custo político desta reversão será grave. O responsável pelo orçamento do governo Fleury deve meditar sobre o problema.

